



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2014

**MESA:** PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

**HORA DE ABERTURA:** 14h00 horas

**PRESENÇAS:** Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Ângela Maria Bastos Lima (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

**LOCAL:** Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres

**FALTAS:** André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Violeta Sofia Pereira Martins (PS) e Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) por motivos profissionais.



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ORDEM DE TRABALHOS

**1 – Período antes da Ordem do Dia.**

**2 - Período de Intervenção do Público.**

**3 - Assuntos da Ordem do Dia:**

- 3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
- 3.2 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento de Taxas do Município de São Pedro do Sul”;
- 3.3 – Análise do “Relatório de acompanhamento do PAEL, relativo ao 4.º trimestre de 2013 (alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto);
- 3.4 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013”;
- 3.5 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Cessação de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Técnico Superior (Jurista)”;
- 3.6 – Eleição de representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
- 3.7 – Eleição do representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil;
- 3.8 – Apreciação e votação de proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Valadares referente a “Impactos da Barragem de Ribeiradio na Freguesia de Valadares – ligação da E.N. 333-3- com a localidade do Barreiro”.

**Correspondência recebida:**

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 4038 datado de 09.04.2014 referente a “Sessão da Assembleia Municipal”;

Publicações:

- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de fevereiro e março de 2014;
- Jornal “Voz das Misericórdias” referente aos meses de fevereiro e março de 2014.

Ofícios:

- Da Câmara Municipal de Elvas, datado de 30.01.2014, referente a “Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos”;
- Da CPCJ de São Pedro do Sul, datado de 27.01.2014, referente a “Relatório Anual de Atividades da CPCJ em 2013 e Plano de Ação para 2014”;
- Do Presidente da Assembleia de Freguesia de Valadares, datado de 19.02.2014, referente a “Comunicação”;



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, datado de 19.02.2014, referente a “Resposta a moção apresentada pelo Partido Social Democrata”;
- Do Gabinete do Primeiro-Ministro, datado de 24.02.2014, referente a “Receção de ofício”;
- De Manuel Guimarães da Rocha, datado de 02.03.2014, referente a “Reconhecimento do Dr. José de Barros”;
- Dos CTT, datado de 06.03.2014, referente a “Moção apresentada pelo Partido Social Democrata”;
- Da Freguesia de Valadares, datado de 14.03.2014, referente a “Solicitação de reunião”;
- Da CPCJ de São Pedro do Sul, datado de 02.04.2014, referente a “Nomeação de novo representante da A.M.”;
- Da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDRL), datado de 09.04.2014, referente a “Assinatura anual da Publicação Questões Atuais do Direito Local”;

#### Mails:

- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 12.02.2014, referente a “Fragmentos de asfalto - Requalificação da EN16 – Pergunta ao Governo”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 26.02.2014, referente a “Encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Viseu – Pergunta ao Governo”;
- Da Assembleia Municipal de Lamego, datado de 05.03.2014, referente a “Em defesa de uma Justiça justa e do Tribunal de Círculo e Comarca de Lamego”;
- Da Deputada Municipal Violeta Sofia Pereira Martins a informar a ausência na sessão da Assembleia Municipal de 24.04.2014;
- Do Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira Figueiredo a informar da ausência na sessão da Assembleia Municipal de 24.04.2014;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 17.04.2014, referente a “Protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios Portugueses”;
- Do Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida a informar a ausência na sessão da Assembleia Municipal de 24.04.2014.

#### Convites:

- Do Jornal do Centro para “12.º Aniversário”;
- Do Museu Maçónico Português para “Conferência: A Partilha de África, o 31 de janeiro de 1891 e a Maçonaria em Portugal”;
- Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades, para a comemoração do dia da Proteção Civil;
- Da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, para o Seminário subordinado ao tema “As Caixas Agrícolas e o Desenvolvimento Local”. -----



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014:-----**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções: O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “Queria deixar um alerta ao executivo sobre a produção avícola no concelho de S. Pedro do Sul e também na freguesia de Sul, que tem um grande impacto na economia local e por isso requer das autoridades locais uma especial atenção. Após ter sido abordado por diversos produtores avícolas da minha freguesia, para o problema dos frangos mortos, foi-me explicado que a prática habitual é serem enterrados no espaço envolvente dos pavilhões avícolas. Só que a decomposição é demorada e por vezes os animais selvagens acabam por os desenterrar e alimentarem-se deles. O outro problema é que a localização destes edifícios geralmente é fora dos aglomerados urbanos e muitos deles ficam perto de linhas de água o que poderá originar um problema grave de saúde pública. O que eu proponho ao executivo camarário é que, juntamente com os produtores avícolas, seja agendada uma reunião de trabalho a fim de ser encontrada uma solução em conjunto para a recolha das aves mortas, quer seja através do Ministério da Agricultura, que já faz a recolha de ovinos, caprinos e até suínos, ou ser criado um sistema de incineração para este concelho ou concelhos vizinhos dada a grande concentração de produção avícola nesta zona do País.” O Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) apresentou a moção que a seguir se transcreve: “A EN16 é uma velha estrada, que, ligando Aveiro a Vilar Formoso, atravessava localidades como Viseu, S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, só para citar as que mais nos estão ligadas, constituindo uma autêntica espinha dorsal para a vitalidade da região, especialmente para os três municípios de Lafões.

1. Com a adesão de Portugal à então CEE, na década de 80 foi possível arrancar com uma via alternativa, mais moderna e rápida, que viria a designar-se de IP5;
2. Só que este IP, que visou substituir a velha EN16, incompreensivelmente foi construído à margem do território sampedrense, pelo que S. Pedro do Sul continuou servido apenas pela EN16, beneficiando diretamente daquele apenas Vouzela e Oliveira de Frades;
3. Entretanto, em finais da década de 90, o IP5 evoluiu para autoestrada, a A25, com acertos de traçado face ao IP, mas continuando longe do território de S. Pedro do Sul;
4. Ainda em finais da década de 90, a CM de S. Pedro do Sul conseguiu que a JAE de então construísse a variante às Termas, para que a estância termal pudesse apresentar o sossego e o bom ambiente que se exige a um espaço de saúde;
5. Sabemos que esta construção da variante previa a continuação da intervenção até à vila de Vouzela, com correção do traçado (eliminação de curvas), da plataforma (alargamento), bem como do perfil longitudinal, conforme informação do responsável técnico da obra;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

6. Este pequeno troço de 2 kms só não terá sido intervencionado porque as elevadas indemnizações pelos terrenos afetos à variante das Termas terão inviabilizado a realização de trabalhos a mais e complementares até Vouzela;
7. O que acontece é que, desde então, já passaram pelas Câmaras Municipais de S. Pedro do Sul e Vouzela, outros presidentes, no ministério da tutela vários ministros e secretários de estado e, hoje, o troço entre as Termas de S. Pedro do Sul e a vila de Vouzela continua na mesma, perigosa como sempre pela sinuosidade, humidade e gelo abundantes e piso degradado, com os acidentes a repetirem-se, alguns deles com vítimas mortais;
8. Não se pode aceitar, jamais, que, detendo S. Pedro do Sul a mais frequentada estância termal do País, continue sem acessos dignos, mais ainda, agora, depois de o estudo sobre o Plano Estratégico para a Valorização do Turismo e Termalismo, elaborado pela Universidade de Aveiro, concluir que entre outros aspetos negativos (poucos) de S. Pedro do Sul estão as acessibilidades;
9. Mais sabemos que os deputados do Partido Socialista eleitos por Viseu, colocaram recentemente na Assembleia da República a questão da requalificação deste troço ao Governo;
10. Da mesma forma sabemos que, em campanha eleitoral, o atual Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Monteiro, se comprometeu em comício de campanha eleitoral de candidatura do PSD, ocorrido na Escola Secundária, melhorar o acesso à A25;
11. Sabemos, também, que a atual CM de S. Pedro do Sul solicitou em tempos audiência ao senhor Secretário de Estado referido, para tratar expressamente deste assunto e de quem não obteve qualquer resposta.

Dada a urgência e inevitabilidade da intervenção, bem como a importância que a requalificação deste troço tem para S. Pedro do Sul e Vouzela, questionamos o Governo: 1. Está o Governo ciente da urgente necessidade de requalificação do troço da EN 16 entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela, face às más condições rodoviárias da via e à elevada sinistralidade? 2. Prevê o Governo, ainda no corrente ano, efetuar as obras de requalificação deste troço? E quais as obras, em concreto, a efetuar? 3. Em caso de não serem executadas tais obras, este ano, para quando estão as mesmas previstas?” O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “...constitui um marco importante no desenvolvimento desta freguesia. Pindelo está igualmente bem apetrechado em termos sociais e culturais, como prova o local onde nos encontramos e o outro onde almoçámos, tendo sido recebidos com a simpatia que caracteriza a gente da nossa terra. Assim, uma palavra de reconhecimento e uma saudação amiga também à Direção e demais corpos sociais da Associação Cultural e Recreativa Riomelense. É óbvio que muito haverá ainda a fazer nesta freguesia, a população e os seus dignos representantes têm e terão sempre as suas legítimas aspirações a mais e a melhor, e esperamos que a dinâmica patenteada nos últimos anos nesta freguesia se mantenha e que potencie a fixação da população. Após esta breve saudação gostaria de entrar no tema desta intervenção e para tal iremos deslocar-nos através das palavras à nossa cidade de S. Pedro do Sul, ao edifício dos Paços do Concelho, para refletirmos um pouco sobre o difícil ato de tomar decisões. Decidir implica sempre analisar,





## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refletir, comparar opiniões diversas, ponderar prós e contras, implica tempo para maturação, implica estabelecer critérios, implica planificar. Tudo isto para que ao ser anunciada uma medida, a mesma seja fruto de um consenso e não seja um mero vaípe, um impulso de momento, ou seja uma irresponsabilidade. Vem isto a propósito de uma proposta recente do executivo de atribuir o nome de um sampedrense a uma rua ou avenida do Bairro da Ponte, situação que gerou muita polémica, a tal ponto que foi necessário recuar na intenção e revogar a deliberação. Retirando desta discussão o nome da pessoa visada, pessoa estimada no concelho, tal como toda a sua família, o que importa aqui lamentar é o processo de toda esta trapalhada que denotou precipitação e leviandade na decisão, como sendo os princípios inerentes a uma tomada de decisão. O facto de se estar em maioria não implica a política do posso, quero e mando. A maioria responsabiliza, leva a saber concertar posições, e a ponderar os efeitos das medidas antes de as tomar, ou seja antes que elas venham a ser do domínio público. Só assim se consegue atingir credibilidade, o que se passou neste em particular, foi precisamente o contrário, tivemos o descrédito, o ridículo, e a situação constrangedora e humilhante relativamente à pessoa que se pretendia homenagear e que subitamente se viu envolvida numa polémica que não era a sua. Nada temos contra a atribuição de nomes de pessoas a ruas, como nada temos contra a afixação toponímica de uso popular ou de qualquer facto relevante da história local ou nacional. O que somos frontalmente contra é este tipo de medidas avulsas, sem fio condutor, reveladores de uma inabilidade política para tomar decisões de forma ponderada e responsável. Que sejam atribuídos nomes às ruas, às avenidas, às rotundas, às praças, e aos jardins, mas que tais decisões sejam tomadas com base num estudo aprofundado da história local, e não pelo desejo de mostrar trabalho a qualquer custo. Ficámos todos mal! E como dizia o comediante “não havia necessidade”! S. Pedro do Sul merece mais dos seus representantes. Que este triste episódio sirva de lição e que doravante o executivo arrepie caminho e dignifique o lugar que ocupa tomando medidas devidamente ponderadas e sempre que possível fruto de um consenso que se deseja o mais alargado possível.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou a moção que a seguir se transcreve: “

1. O início da utilização das águas das Termas de S. Pedro do Sul, para fins terapêuticos, perde-se no tempo. Sabe-se, garantidamente, que os romanos por cá andaram e deixaram testemunhos, já classificados como monumento nacional. Também o primeiro rei, D. Afonso Henriques e a última rainha, D. Amélia, as frequentaram, para não falar de outros ilustres monarcas;
2. Igualmente se sabe que são as mais frequentadas do país, tendo os valores máximos de frequência anual montado a cerca de 25 000 aqúistas no período que antecedeu a crise nacional que ora nos apoquentá, caindo para cerca de 15 000, em 2013;
3. Nos tempos áureos, tamanha frequência já implicou a contratação direta de 350 funcionários para os dois balneários existentes;
4. Na expectativa de que o futuro das termas era promissor, já nos finais da década de 90 o executivo municipal candidatou, em parceria com agentes hoteleiros locais, projeto no âmbito do programa comunitário PITER, que foi aprovado e executado e resultou na renovação de infraestruturas e estruturas públicas e de equipamentos hoteleiros privados, revitalizando-se toda a área urbana das termas. Falamos de cerca de 22 milhões de euros (12 milhões de privados, 10 milhões públicos);

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

5. Nesse projeto, a Câmara Municipal incluiu a recuperação do Balneário Rainha D. Amélia, que no corrente ano celebra 120 anos de existência;
6. Já antes a Câmara Municipal investira verba significativa, no âmbito do Programa Thermie, para aprofundar a captação de água termal a 500 metros, aumentar o caudal e o débito térmico (foi aumentado em 2°C) e dar início a aproveitamento geotérmico;
7. Posteriormente, já no verão de 2007, reabriu o renovado e ampliado Balneário D. Afonso Henriques, num investimento de mais de 7 milhões de euros e que apenas colheu comparticipação estatal de 10%, tendo a Termalistur, empresa municipal entretanto criada, suportado o restante;
8. Tudo se conjugava, portanto, com todo o esforço feito e toda esta capacidade instalada, para que as nossas termas cavalgassem a onda do crescimento e do desenvolvimento local e regional;
9. Até porque a Fundação INATEL, com o seu renovado centro de férias – o Inatel Palace – e em parceria com outras estruturas hoteleiras, dinamizou o turismo sénior que muito animava a economia local e regional;
10. A este respeito, sabemos que cada euro investido pelo Estado no turismo sénior significava um ganho de quatro euros na economia, com evidente retorno para o próprio Estado por via dos impostos;
11. Porém, vários problemas afligem, hoje, a nossa estância termal:
  - a) A crise económica mundial e europeia abateu-se com imenso estrondo sobre Portugal a partir do verão de 2008, levando à instabilidade política, financeira e económica que todos conhecemos, para mal dos portugueses e aqistas que nos frequentavam e, por arrastamento, para mal das termas de S. Pedro do Sul;
  - b) O Programa de Termalismo Sénior, desde 2011, deixou de ter os apoios que tinha, pelo que muitos cidadãos desta faixa etária deixaram de frequentar o nosso território;
  - c) O Programa Saúde e Termalismo Sénior, iniciado em 1995 e que teve o último episódio em 2011 (Portaria 482/2011) abrangeu neste ano 5.040 termalistas, dos quais 1.428 nas Termas de S. Pedro do Sul;
  - d) Em 2013, a Fundação INATEL criou um projeto piloto com recurso exclusivo a meios próprios permitindo que 1000 utentes realizassem tratamentos termais, tendo realizado tratamentos nas Termas de S. Pedro do Sul apenas 79 utentes;
  - e) Os utentes abrigados no subsistema de saúde ADSE, para serem reembolsados pelos tratamentos termais, estes devem ser efetuados por um período mínimo e ininterrupto de 12 dias;
  - f) O reembolso vai até ao máximo de 2 tratamentos e apenas 95,77 euros;
  - g) Os utentes do SNS deixaram de ter qualquer comparticipação nos tratamentos termais a partir de agosto de 2011;
  - h) A comparticipação, apesar de variável, ia até ao máximo de 20%, embora com a obrigação de frequência termal durante 14 dias consecutivos;
  - i) Atualmente, as despesas com os tratamentos termais apenas colhem algum benefício fiscal em sede de IRS, o que, diga-se, é pouco e também já acontecia antes, mas a que acresciam as comparticipações à bolsa dos doentes;



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. Acaba de sair o Plano Estratégico para a Valorização do Turismo e Termalismo em S. Pedro do Sul, elaborado pela equipa do professor Carlos Costa, da Universidade de Aveiro e por iniciativa da nossa Câmara Municipal, da Termalistur e da Associação de Hoteleiros da Termas;

2. Entre muitas outras coisas, nesse estudo concluiu-se que 57,5% dos aquistas vinham para S. Pedro do Sul com apoio do SNS;

3. Assim como se ficou a saber que a estada média dos turistas/aquistas em S. Pedro do Sul é de 4,9 dias, para uma taxa de ocupação média de apenas 24%;

4. Por sua vez, os hoteleiros constatarem que, para além da quebra do poder de compra dos portugueses, o fim das comparticipações tem sido fatal, justificando tanto a diminuição do número de utentes, como a diminuição do tempo passado entre nós, mais ainda se pensarmos que a maioria dos aquistas é proveniente da área de Lisboa, de muito longe e com despesas acrescidas, portanto;

5. Por outro lado, o Health Cluster Portugal – Pólo de Competitividade da Saúde, promovido pela AEP, na sua apresentação de 3 de Abril, conclui que o “turismo de saúde e bem-estar pode render 400 milhões/ano”, enquadrando-se aí, para além de outras valências, a valência termal, turismo este alargado ao cliente estrangeiro e também contemplado no estudo atrás referido.

Por tudo o que fica dito e porque entendemos que num momento em que melhor prevenção significa menos episódios agudos, menos urgências, menos medicamentos, menos dias de baixa por doença, mais saúde, mais produção, melhor economia e mais emprego, pormenores que as nossas termas podem ajudar a garantir, propomos:

1 – Que seja feita a revisão da intervenção da ADSE e do SNS, da política fiscal e do envolvimento dos representantes do setor e autarcas na definição de uma estratégia de revitalização do termalismo nacional e do sampedrense em particular.

2 – Que seja reposto Programa de Termalismo Sénior, de molde a facilitar a frequência termal por parte da população mais idosa, muita dela carecida de meios financeiros para por si só o fazer e, assim, ajudar também à revitalização do termalismo.” O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) alertou o executivo para algumas situações ao nível das estradas municipais, nomeadamente a estrada Pindelo dos Milagres – Rio de Mel, o cruzamento Pindelo dos Milagres – Sobral de Pinho e o troço da Coelhira ao cruzamento da estrada da Pena, que devido ao inverno rigoroso ficaram mais degradadas. Assim solicitou que, dentro das possibilidades da Câmara Municipal, os 3 troços fossem reparados. A Deputada Municipal Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) interveio chamando a atenção para que em simultâneo com o acompanhamento das obras do pólo escolar, uma mais-valia para o concelho, o executivo deve também pugnar pelo desenvolvimento de um programa educativo adequado, que é a base para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis e conhecedores dos seus direitos e deveres na sociedade. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) demonstrou a sua preocupação com a estrada de Vila Nova que, apesar de ter sido melhorada há pouco tempo, continua com as valetas por compor pois o saibro colocado soltou-se. Solicitou fornecimento de tout-venant para a estrada de Sacados, uma vez que os buracos na estrada impediam o trânsito automóvel. Referiu que existe um casal de idosos a residir a 100 metros da EN228 e que o caminho está em péssimas condições, a necessitar de ser alcatroado e



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

que por isso estão isolados não havendo possibilidade sequer de lá ir uma ambulância. Assim, e uma vez que já há projeto, questionou o executivo se já havia resposta das Estradas de Portugal para a realização da obra. Dirigindo-se novamente ao executivo, interrogou o Presidente da Câmara Municipal acerca do pagamento da ceia de Natal, se existe deliberação da Câmara ou da Termalístur sobre esse pagamento. A Deputada Municipal Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD) começou por congratular-se como profissional de educação pela entrada em funcionamento do Pólo Escolar em breve e solicitou esclarecimentos à Vereadora acerca das escolas que estava previsto irem para o novo pólo aquando do lançamento do concurso, recomendando que a incorporação das crianças das diferentes freguesias seja feita aos poucos e que seja concertada, durante o reordenamento da rede, entre a autarquia, associações de pais, agrupamento e a população. Solicitou ainda que se tenha atenção aos critérios pedagógicos na articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo. A Deputada Municipal Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS) demonstrou a sua satisfação na readmissão dos trabalhadores com deficiência na Câmara Municipal, pois numa sociedade com poucas respostas para estas situações, é de louvar o esforço de uma entidade pública em resolver e amenizar um pouco a maior preocupação das famílias com filhos deficientes, que é o seu futuro. O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) propôs que, nas próximas sessões da Assembleia Municipal, os ex-autarcas das respetivas freguesias fossem convidados para estarem presentes, assim como efetuar visitas às atividades económicas da freguesia onde decorre a sessão. Referiu ainda que, apesar do acesso à A24 ser feito por Pindelo dos Milagres, ainda há constrangimentos quer do centro de Pindelo ao nó de Arcas, quer desde a localidade de Pinho até à EN228, solicitando que o melhoramento desta via rodoviária deve ser uma prioridade devido às consequências para a atividade empresarial. No que respeita à obra da variante da Avenida Sá Carneiro à EN227 questionou o executivo se a mesma já foi aprovada, se os terrenos já foram adquiridos, qual o ponto de situação da obra. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) sugeriu que, no que se refere às moções apresentadas pelo PS no período antes da ordem do dia, as mesmas fossem parte integrante da ordem de trabalhos para que o PSD também pudesse acrescentar algo e não só votar. Questionou o executivo se, na organização da 1.ª Feira da Vitela de Lafões em Manhouce, tentou incluir os restantes concelhos da região, uma vez que essa concertação reforçava a divulgação dos produtos, e quais os parceiros envolvidos nesta atividade. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) questionou o executivo relativamente à Termalístur, desejando saber quantos trabalhadores prestam serviço na empresa, os 6 funcionários que foram transferidos para o edifício da câmara municipal que funções desempenham, uma vez que o seu trabalho era muito específico, e ainda qual o critério de seleção de novos funcionários para a Termalístur. Referiu que existe um sinal de sentido proibido na nova variante da estrada de Lourosa da Trapa que já está há demasiado tempo sendo necessário retirá-lo. Questionou relativamente aos critérios utilizados para o corte de árvores e quem são os técnicos que dão o parecer. E apresentou a situação do Ribeiro de Bordonhos onde cortaram 3 árvores e as substituíram por 3 manilhas com manjericos, solicitando saber quem foi o mentor desta iniciativa. O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) alertou para o facto dos camiões arrastadeira que estão a construir o Parque Eólico de Carvalhais incomodarem o trânsito na estrada de Vila Nova em Santa Cruz da Trapa, solicitando ao executivo uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

reunião com a empresa responsável do Parque Eólico para alcatroar 1000 metros de estrada onde a passagem dos camiões poderá abrir uma vala. Referiu ainda que em Covilhã são necessários 200 metros de tubo para que o saneamento fique ligado e sirva diversas habitações, solicitando que a Câmara Municipal o faça. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Como verificaram depois desta hora e meia a debitar necessidades, como perceberam é difícil a um pai com tantos filhos poder acudir a tantas mazelas. E seria mais fácil se a Câmara Municipal anterior, e é bom que se note, em vez de nos ter deixado dívidas na ordem de 26 milhões de euros, nos tivesse deixado ficar dinheiro a prazo conforme existe em outros municípios nas nossas redondezas. Se isso tivesse acontecido, todos os pedidos que aqui foram feitos eram fáceis de resolver a curto prazo. Mas infelizmente não foi isso que aconteceu. Iniciando a minha alocução, agradecia desde já, ao povo de Pindelo dos Milagres na pessoa do presidente da junta, estarmos aqui hoje presentes. Queria dar os parabéns ao Eng.º Vítor Barros por ter a coragem no sentido de descentralizar estas sessões, coisa que não acontecia no passado, em que havia medo do contacto direto com as populações. Efetivamente isto que nós estamos a fazer hoje em dia é contacto direto com as populações, sem medo vimos aqui e auscultamos a opinião das pessoas e ouvimos as suas necessidades. Em relação aquilo que aqui foi dito começou o Sr. Presidente da Junta de Sul que falou na questão de enterrar os frangos, quero-lhe dizer que podemos pensar efetivamente em reunir com os avicultores da nossa região e pensarmos numa solução para os assuntos que expôs. A Sra. Deputada Ester Vargas falou, entre outras coisas, em falta de planificação. Quero dizer-lhe que estamos na Câmara Municipal há 5, 6 meses e que sem verbas conseguimos já fazer concurso para duas obras, contrariamente ao que um dos seus vereadores da oposição aqui presente dizia que nós não íamos fazer obra nenhuma durante este mandato, que não íamos conseguir fazer nada. E houve inclusive outros que disseram que nós não chegávamos a abril na Câmara Municipal, porque não íamos conseguir aguentar. O que eu lhe quero dizer é que, além de nos mantermos em abril, conseguimos lançar duas obras e uma delas vai ser participada, respondendo ao Eng.º Manuel Casais que há pouco falou na variante da Av. Sá Carneiro à EN228, e disseram que podia ser mais um bocadinho menos um bocadinho, e esquecem-se que são necessários fundos positivos para se poder lançar obras. Para conseguirmos lançar esta obra tivemos que estar a fazer antecipação das receitas todas que tínhamos só por causa de 15% da tal pequena obra que o Eng.º Casais falou, porque nós nem sequer temos dinheiro para mais. Para arranjarmos estes 15% tivemos que antecipar todas as verbas até ao final deste ano, e não vamos ter verbas para mais nada. Porque depois disse que era pouco, eu também gostava de fazer muito mais. Gostava de fazer uma variante direta à EN228, para Sul, Vila Maior, Figueiredo de Alva. Eu preferia. Se formos ver assim queremos sempre mais um bocadinho. E esta obra foi feita a correr e conseguimos fazê-la! Com esta obra vamos criar 130/150 lugares de estacionamento, que são muito necessários para o comércio da nossa cidade. A Deputada Ester Vargas falou em “fruto de consenso” há de dizer-me se existe algum nome que seja consensual no nosso concelho ou no nosso país. Digame um nome que não seja sempre alvo de crítica. Se pusermos o nome do António, do Joaquim ou do Manuel é sempre criticado. Todos os nomes são criticados. Depois falou em “fruto de irresponsabilidade”, mas nós estivemos a ouvir, para o nome que foi indicado, muitos emigrantes em Paris e esse nome foi indicado por eles. Os nomes não aparecem assim do nada. Houve um grupo de emigrantes que entendeu que determinada pessoa os tinha ajudado num

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

determinado período e que entendia que era uma pessoa que foi válida, à qual deveria ser atribuída uma homenagem. Mas nós ainda não retirámos o nome, ainda não levámos o assunto a reunião de câmara mas vamos levar. Retirámos o nome porque, por acaso, essa rua até já tinha nome, porque o anterior executivo em 2010 já tinha atribuído o nome, apesar de não ter colocado nenhuma placa na rua, e então ninguém sabia que a rua tinha nome. Falou também de “mostrar trabalho a qualquer custo”....a Sra. Deputada ocupou um lugar de executivo na Confraria dos Gastrónomos. Penso que nunca na vida teve mais nenhum lugar executivo, de forma que não me vem ensinar a mim seja o que for de gerir as coisas. Isto fica já entre os dois, a sra. a mim não ensina o que é executar e mesmo nessa confraria dos gastrónomos a sra. até parece que não se terá saído muito bem, por isso saiu do cargo de executiva e nunca mais lá pôs os pés. Isto para lhe dizer que num lugar de executivo há necessidade de tomar decisões e muitas vezes as decisões podem não ser consensuais e podem não ser do agrado de toda a gente! Agora, é preciso tomar decisões, já lá vai o tempo em que as decisões não eram tomadas. E as decisões que não foram tomadas em devido tempo estão a cair-nos em cima para sermos nós a decidir, mas estamos a decidi-las e era isso que lhe queria dizer. Mal ou bem, no seu entender, mas estamos a decidir. Tomamos as decisões com base naquilo que entendemos ser o melhor para a população. O Deputado Municipal Custódio Rocha fez alocação à questão da rede viária, eu concordo inteiramente com isso. Falou na estrada que vai de Pindelo para Rio de Mel, na estrada do Sobral, na estrada da Coelheira, tem toda a razão. Mas a estrada da Coelheira para o São Macário foi paga pela empresa das eólicas, o dinheiro entrou para a Câmara Municipal e foi desviado para outro lado e é por isso que a estrada ainda hoje está esburacada. A estrada foi estragada pelo transporte das eólicas, eles deram dinheiro para a sua reparação e o executivo anterior desviou o dinheiro para outra estrada. O Presidente da Junta de São Félix fez duas intervenções diferentes: primeiro fez uma abordagem enquanto presidente de junta e depois fez uma abordagem enquanto presidente da comissão política do PSD. Enquanto presidente de junta tem razão naquilo que disse, efetivamente as valetas da estrada de Vila Nova estão estragadas. Foram obras feitas antes das eleições, depois disso esteve sempre a chover, durante cerca de 5 meses. Fomos colocar brita nas valetas numa altura em que o tempo estava bom e a ideia era de seguida ir fazer as valetas e o que aconteceu é que a chuva espalhou a brita toda. Quando formos executar valetas a obra prioritária é a de Vila Nova de São Félix, só não lhe sei dizer quando. No que diz respeito ao acesso à estrada para a casa dos dois idosos que falou também tem toda a razão, agora a situação vai sempre ter ao mesmo. A situação que falou, como muitas outras estradas, depende sempre de fundos positivos e nós não temos fundos positivos. Infelizmente recebemos 3,5 milhões de fundos negativos. E quando não há dinheiro, como sabe a junta de freguesia também obedece à Lei dos Compromissos, não podemos adjudicar obras. Não podemos entregar obras a empreiteiros e o Presidente da Junta sabe disso. Como não temos fundos positivos para entregar essa obra não a podemos fazer agora. Apesar de entendermos que é uma obra necessária, ficará a aguardar que haja possibilidades financeiras para ser executada. Já veio a autorização das Estradas de Portugal, poderá ter 8 dias, mas já veio a autorização. O mesmo se passa em Sacados. Em Sacados, antes das eleições, andou-se a colocar saneamento, sem projeto, sem saber para onde é que vai descarregar, sem saber qual era o pinhal onde se ia fazer as fossas, sem candidaturas, sem nada. O que interessava era fazer buracos e colocar tubagens, e foi isso que se fez em São Félix. Acontece que, em determinados sítios, as valas

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

foram abertas com uma grande profundidade e a verdade é que aquilo tem estado constantemente a abater. Por diversas vezes foi colocado toutvenant, e o presidente da junta sabe disso, mas aquilo vai sempre abatendo. Enquanto isto não estiver completamente compactado nós não podemos andar a alcatroar, senão aquilo vai abater tudo. Este é primeiro motivo, o segundo motivo é falta de fundos, esbarramos sempre com a falta de fundos. Falou na questão da festa de Natal, a câmara municipal deliberou pagar a festa de Natal mas não havia fundos positivos. Mas o facto de ser a Termalístur a pagar é uma situação que já aconteceu na câmara anterior, não sei como é que o sr. Deputado não se preocupou antes. E se quiser o Dr. Pedro Mouro arranja-lhe uma relação e depois vai ser o presidente da junta na próxima Assembleia Municipal que vai mostrar a todos os presentes as coisas que a Termalístur pagou na altura do anterior executivo. Depois preocupou-se com a questão das Festas da Cidade que serão a 29 de junho. Estamos em abril, e o que lhe posso dizer é que sem fundos não há Festas da Cidade. Numa situação normal, e há coisas que podemos fazer como muros de suporte a estradas, pagar as análises às águas, os transportes escolares, alimentação escolar, coisas que são obrigatórias, tudo o mais é supérfluo aos olhos da Lei dos Compromissos. Tudo o que sejam festas são consideradas não essenciais, são supérfluas. Assim temos que arranjar outras soluções para que possamos fazer as festas. Queria dizer o seguinte ao deputado Mário Almeida: no que diz respeito à Feira da Vitela de Lafões, o concelho de S. Pedro do Sul tem cerca de 70% das vitelas de toda a região de Lafões, Oliveira de Frades tem 20% e Vouzela tem 10%. Mal ficaria se não fosse S. Pedro do Sul a fazer a Feira da Vitela de Lafões. E digo mais, esta Feira só peca por tardia porque o anterior executivo já devia ter pensado nisso há muito tempo. O que nós pretendemos com isto é promover o nosso concelho, nós temos necessidade que visitem S. Pedro do Sul, que venham às Termas, à serra, temos necessidade que as pessoas invistam no nosso comércio e é este género de eventos que queremos trazer para o concelho. Vouzela anunciou a feira deles depois de termos levado a nossa a reunião de câmara, há coincidências muito grandes. Tivemos uma reunião de câmara num determinado dia onde aprovámos a Feira da Vitela, a Câmara de Vouzela veio anunciar uma Feira da Vitela também passados 2 ou 3 dias. Mas também lhe quero dizer que nós temos as melhores relações com os nossos vizinhos, tanto de Vouzela, de Oliveira de Frades como de Castro Daire, tanto relações pessoais como relações institucionais, ao ponto de nos ajudarmos mutuamente. Às vezes a comunicação social quer dizer que estamos de costas voltadas, o que não é verdade, damo-nos muito bem. O Eng.º Ribeiro falou que era frequentador assíduo das Termas de S. Pedro do Sul, só espero que da próxima vez que lá for não estacione o carro em cima dos passeios como costuma fazer quando lá vai porque os passeios são públicos e estraga os pavimentos. Eu já várias vezes vi e inclusive houve funcionários da Câmara Municipal que me alertaram que estacionava em cima dos passeios quando lá ia. Falou na questão da variante perto da sua aldeia que vai para o Candal, essa variante foi daquelas obras feitas no período eleitoral, e quando as obras são feitas à pressa dão raia como pode calcular. A verdade é que naquela estrada apareceu lá um “vulcão”, de um momento para o outro a estrada subiu, havia uma nascente de água por baixo e agora a estrada está toda esburacada. E não estamos a beneficiar algumas pessoas, até porque a uma das principais prejudicadas é a Sra. Vereadora, posso-lhe dizer que, conforme temos essa situação, temos muito mais estradas assim. Se, dentro dos 400 e tal funcionários que a Câmara Municipal tem, grande parte desses funcionários fossem externos, provavelmente esse buraco e muitos



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

outros já estariam reparados. A verdade é que a Câmara Municipal contratou muitas pessoas para secretaria, e esses funcionários não podem fazer esse trabalho exterior. Em relação ao corte de árvores, quero dizer que se há pessoa que preserva as árvores sou eu. Eu se corto 10 árvores planto 100, 200 ou 300, e se mando cortar é porque há necessidade disso. Inclusive algumas árvores que foram cortadas, temos fotografias tiradas pelos nossos técnicos onde se vê que elas aparentemente por fora parecem estar sãs e por dentro estão completamente ocas, cheias de bicho, nomeadamente essas árvores que falou do ribeiro de Bordonhos. E as tais manilhas que o Sr. Deputado também falou por acaso até foram colocadas pela Junta de Freguesia. A Junta até colocou lá as manilhas à revelia da Câmara Municipal, já as pintou de diversas cores, mas não queremos entrar em conflito com a Junta de Freguesia porque respeitamos as instituições. Colocaram as manilhas do meu ponto de vista mal, e nesse aspeto tem toda a razão. No que diz respeito ao centro escolar, estamos a falar de uma obra que vai custar 2,7 milhões de euros, com equipamento chega perto dos 4 milhões, por isso temos que rentabilizar a escola. É um elefante branco que vamos ter em termos de município, vai ter aquecimento central, tem boas instalações, vai gastar muita eletricidade, daí não podermos correr o risco de ter salas fechadas. Também queria dizer que a Câmara Municipal elaborou aquele projeto mas depois até se esqueceu do estacionamento para os encarregados de educação porque o estacionamento que há na entrada os pais não podem utilizar porque não podem entrar no recinto escolar com os automóveis. Têm que se criar estacionamentos alternativos e a Câmara Municipal anterior nunca tinha pensado nisso. O que ia acontecer é que a Av. Sá Carneiro ia ficar atulhada de automóveis e nós agora, à última hora, tivemos que pensar em alternativas. O deputado Manuel Casais falou em melhorar a via em Pindelo dos Milagres mas, como sabe, queremos melhorar as vias rodoviárias em todo o lado. E já que estamos a falar em Pindelo dos Milagres queria dizer-lhe o seguinte: é que finalmente vai ser esta Câmara Municipal que, ao fim de muitos anos, vai construir o muro em Rio de Mel, um muro que já estava prometido por alguns executivos há largos anos e nós vamos, no final deste tempo todo e em poucos meses, construí-lo. Ao mesmo tempo resolvemos a questão do cemitério desta freguesia, que estava com grandes problemas, sem espaço para enterrar pessoas, e nós em pouco meses estamos a conseguir desbloquear a situação de sepultar as pessoas num terreno que a junta de freguesia já tinha adquirido. Estamos também a trabalhar a sério na construção do parque industrial de Pindelo dos Milagres, já fizemos o levantamento do espaço. Realmente não se consegue fazer tudo, não conseguimos fazer os acessos todos, aquele bocadinho que falta que o sr deputado falou, é o bocadinho que falta em todas as freguesias. E se nós num orçamento de 18 milhões de euros não gastássemos 6 milhões em vencimentos, mais de meio milhão em juros, se não gastássemos todo esse dinheiro provavelmente teríamos dinheiro para fazer mais obras. Queria também dizer que Pindelo dos Milagres tem graves problemas a nível de saneamento, as fossas de Pindelo e Rio de Mel estão completamente cheias há mais de uma dúzia de anos, tendo havido possibilidade de candidaturas ao programa POVT, que era o programa que subsidiava os saneamentos no nosso concelho em 85%, e em S. Pedro do Sul não houve uma única candidatura. Mas depois andou-se a pôr em Vila Nova, em Sacados e noutras povoações, tudo pago pelo município sem comparticipação nenhuma. Não havia projetos de saneamento, não havia projetos de água. O sr deputado falou ainda que o executivo do PS tinha deixado dívidas para o executivo do PSD e que isso era normal e natural acontecer. O sr. deve ter filhos como eu



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

tenho e eu tenho a preocupação de não lhes deixar dívidas. E o que nós iremos fazer para o próximo executivo é baixar a dívida que recebemos, isso garanto-lhe. A situação da construção da variante da Av. Sá Carneiro à EN227 é a seguinte: a obra custa mais ou menos 300 mil euros, a aquisição dos terrenos custa mais ou menos 200 mil euros, estamos a falar de um investimento à volta dos 500 mil euros. Estamos só à espera da aprovação final na CCDDR, os terrenos já estão adquiridos, não foi preciso proceder a expropriações e brevemente a obra irá ser entregue ao empreiteiro, sendo comparticipada em 85%.” O Vereador Pedro Mouro fez a seguinte intervenção: “Fico muito lisonjeado quando as principais críticas que nos fazem dizem respeito ao nome de uma rua e a uma ceia de Natal, é sinal que estamos a fazer um bom trabalho. Quando ao longo de 6 meses os assuntos relevantes são esses é sinal de que estamos efetivamente a fazer um bom trabalho. Agora o que vos pedia, uma vez que já gastaram tanto latim com estes 2 temas, também gastassem algum com o tema que vem aí a seguir e acho mais importante, que é o relatório e contas de 2013 cuja responsabilidade é na maioria vossa. Entrando concretamente em assuntos que me dizem respeito, no que toca a ceia de Natal quero dizer que foi opção política da Câmara Municipal oferecer o jantar aos funcionários e só aos funcionários e não aos familiares. Decidimos ainda que não daríamos prendas aos filhos dos funcionários como nos outros anos, que era um custo que a Câmara deixaria de ter. Tivemos o problema, conforme tivemos em muitas deliberações deste mandato, e do mandato anterior, e bem, que ficavam condicionadas à existência de fundos disponíveis. Devo dizer-vos que está a decorrer uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças na Câmara Municipal e outra na Termalístur e todas estas situações serem ou não legais a auditoria de certeza que vai auferi-las, no âmbito da Autoridade Tributária. No que toca, concretamente, às deliberações ficarem condicionadas à existência de fundos disponíveis, posso partilhar convosco que a própria inspetora disse que estavam muito bem feitas estas deliberações que condicionavam a existência de fundos quer no nosso mandato quer no mandato anterior. Em face desta situação, como a ceia de Natal se realiza em dezembro, corríamos o risco de não a realizar. Dirigimo-nos à Termalístur de forma formal e dissemos que, uma vez que havia 2 funcionários da autarquia que estavam na Termalístur cujo ordenado era pago pela Câmara Municipal, havia um prejuízo para a Câmara Municipal. Foi assim uma forma da Câmara ser compensada. No anterior executivo, quando a Termalístur estava numa situação complicada, deixou de pagar água à Câmara Municipal. Em face disto considerámos que, uma empresa detida a 100% pela Câmara Municipal, nos podíamos socorrer da Termalístur, à semelhança do que foi feito pelo anterior executivo em inúmeras situações, como por exemplo a Rádio Lafões, subsídios a coletividades, subsídios em duplicado, animação termal, festas da água, etc, etc. Queria ainda dizer o seguinte, estão tão preocupados com uma despesa de 2000 euros, com uma placa de nome de rua, porque é que ninguém perguntou da situação do corpo clínico das Termas e da legalidade do mesmo. Aí sim havia motivos para pôr em causa a legalidade. A Câmara Municipal foi conivente com uma situação desde 2004 em que estava a dar o uso do espaço público para benefício privado, e nunca fizeram nada para a inverter. Aliás, houve uma deliberação da Termalístur em 2008 que a Câmara nunca levou por diante. E agora raciocinem comigo: chegámos a acordo ontem com a generalidade dos médicos das nossas Termas, do valor das consultas vão ficar 20% para a Termalístur, nesta altura que estamos com menos aquistas são 120.000 euros ao ano, esta situação já devia ter sido solucionado em 2004, os srs foram coniventes com ela desde então,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

passaram 10 anos, 120.000 euros vezes 10 anos dá 1200.000 euros. Todas estas obras que já foram aqui faladas podiam ter sido pagas por este valor. 1200.000 euros que abdicaram e nunca falaram do assunto até hoje. Em relação à Feira da Vitela, e respondendo ao deputado Mário Almeida, se reparou no nosso programa eleitoral, estava lá patente que íamos realizar vários certames, entre eles a Feira da Vitela. Depois foi aprovado em reunião de Câmara, e penso que por unanimidade, a realização de um conjunto de atividades no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar, onde estaria inserida a Feira da Vitela. Após essa aprovação e deliberação soubemos que a Câmara de Vouzela se preparava para realizar um evento do género, o que é salutar, mas nós tivemos a preocupação, e por iniciativa nossa, de contactar a Câmara de Vouzela sobre a mesma iniciativa, e colocámos a possibilidade até de se realizar uma atividade em conjunto. Temos as melhores relações quer com a Câmara de Vouzela quer com a Câmara de Oliveira de Frades, estamos a trabalhar em conjunto com as duas em várias ações. Ainda esta semana o Presidente da Câmara de Vouzela e demais vereadores estiveram na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Há aqui um outro aspeto, que, se tivesse visto os cartazes e tivesse feito uma análise mais cuidada ao tema tinha verificado, que passo a explicar: foi opção desta Câmara Municipal e uma vez que a maior parte dos produtores estão na freguesia de Manhouce, que a Feira da Vitela se realizasse lá. Aliás, tínhamos um programa de televisão para entrar em direto neste evento, se o mesmo se realizasse na nossa cidade, e nós recusámos porque achamos que este evento tinha que ser num lugar próprio, na aldeia de Manhouce, como forma de valorizarmos a aldeia. Se nós quiséssemos projeção e fazer “show of” tínhamos feito a feira na cidade e entrado em direto na televisão, mas nós não quisemos, abdicámos disso para fazer em Manhouce. E como sabem o concelho de S. Pedro do Sul, em termos de Associação do Desenvolvimento Local, está dividido em duas áreas, uma parte do concelho está na ADDLAP, a outra parte está com a ADRIMAG. Manhouce faz parte da ADRIMAG, que financia esta atividade. Todo o concelho de Vouzela está na ADDLAP, sendo a Feira de Vouzela patrocinada por esta. Este conjunto de sinergias é salutar e ainda bem que se fazem estes dois eventos. Ainda bem que Vouzela faz, e já tive oportunidade de dizer isto, estando a patrocinar um evento desta natureza sendo 70% dos produtores de S. Pedro do Sul, nós só temos que agradecer porque a Câmara Municipal de Vouzela só nos está a ajudar. Relativamente às Termas, e às questões levantadas pelo Eng.º Ribeiro, eu respondo-lhe aquilo que o vereador do pelouro e antigo membro do conselho de administração da Termalístur respondia quando eu o interpelava sobre a matéria: os critérios de admissão que estão a ser usados são os mesmos que o executivo anterior usava, e bem, e que são precisamente a soma de dois aspetos concretos: a antiguidade e a polivalência, sendo que estão a ser admitidos muito menos funcionários que nos outros anos, porque a empresa este ano terá que ter um resultado acima do que teve o ano passado. No ano de 2012 teve 16500 aquistas, em 2013 teve 14700, quase menos 2000 aquistas. Em 2013 gastaram-se mais 180.000 euros em custos com o pessoal com menos 2000 aquistas. Quanto aos funcionários da Câmara em funções na Termalístur desde a sua criação em 2004, de forma ilegal, porque nunca tinham assinado um acordo de cedência de interesse público, foram todos chamados, e os que quiseram ficaram na Termalístur assinando o acordo de cedência de interesse público, sendo que esses foram essencialmente aqueles cuja categoria profissional era auxiliar de balneoterapia, que não fazia sentido virem para a Câmara porque os conteúdos funcionais não se enquadravam. Aqueles que eram administrativos ou cujas funções se



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadravam no âmbito da Câmara, nós absorvemos porque, se eram funcionários da Câmara Municipal, não fazia sentido estarem na Termalstur porque tinha custos elevadíssimos com o pessoal. Em termos de entradas podem ficar descansados que não funcionam de acordo com promessas eleitorais, ou com o facto de haver ou não eleições, para nós as pessoas vão entrar se aumentarem os aquistas. Lamentamos este tipo de situações, mas a realidade é esta, a empresa não tem sustentabilidade para aguentar custos elevados com o pessoal, estando a ser feita uma avaliação quase dia a dia.” A Vereadora Teresa Sobrinho fez a seguinte intervenção: “Relativamente ao centro escolar este executivo sabe que esta obra foi iniciada pelo anterior executivo e claro que tem o seu mérito. Mas é um mérito partilhado porque a população da cidade de S. Pedro do Sul há muito que ansiava e pedia que este centro escolar fosse realizado e que pressionou para que o mesmo fosse construído. Mas isto dos méritos tem um lado bom e um lado mau, ou seja, eu tenho aqui a candidatura que foi feita para o centro escolar e para poder ser construído teve que se dizer quais eram as freguesias que iam ser servidas pela abertura do centro escolar, e eu vou passar a citar o que está na candidatura: as freguesias que vão ser servidas serão S. Pedro do Sul, Várzea, Bordonhos, Sul, Baiões, Pinho e S. Félix. Esta candidatura para a construção do centro escolar foi aprovada pela DGEST, anterior Direção Regional do Centro. Entretanto, e tendo em conta que discordo de algumas freguesias que aqui estão nesta lista, já tive uma primeira reunião com a DGEST em Coimbra, em que manifestei que não concordava com o fecho da escola de Sul, porque recebe crianças de localidades muito distantes e não faz sentido estarmos a fechar uma escola de acolhimento, porque as crianças teriam de fazer muitos quilómetros. Relativamente a Pinho também não concordo, acho que deve ser servida por Pindelo dos Milagres. Relativamente a São Félix o que eu disse à Diretora Regional, foi que tem um jardim-de-infância com ótimas instalações e que será uma pena fechá-lo, no entanto ela continua a batalhar que pode lá ficar o jardim-de-infância mas que a EB1 tem que fechar. Neste momento estamos neste ponto de situação, estamos em negociações, sendo que esta foi a minha postura em termos de Direção Regional do Centro, e agora vamos entrar em negociações sobre esta situação. Vou também ler aqui algo que foi dado como fundamentação quando foi feita esta candidatura, tendo em conta que falámos aqui da qualidade pedagógica do centro escolar em relação às escolas: a intervenção permitirá integrar níveis de ensino, requalificar o atual parque escolar através do encerramento de escolas do ensino básico e de jardins-de-infância de reduzida frequência, melhorar as condições de ensino e aprendizagem e consolidar o objetivo da escola a tempo inteiro. Num enquadramento e fundamentação mais exaustiva, foi ainda dito que este equipamento escolar permitirá servir cerca de 314 alunos do 1.º ciclo e 120 crianças do pré-escolar, substituindo um conjunto de 10 escolas (Arcozelo, Baiões, Bordonhos, Termas, Várzea, S. Pedro do Sul, S. Félix, Oliveira, Sul e Pinho) proporcionando uma integração mais eficaz destes no núcleo escolar de S. Pedro do Sul. Esta candidatura foi feita em 2011. Como eu disse, atualmente a minha postura diverge um bocadinho nas freguesias que aqui estão propostas e já expliquei o meu ponto de vista à Diretora Regional. Inclusive convidei-a para cá vir ver e percorrer algumas das estradas que os meninos têm que percorrer para ir para a escola e parece-me que estamos favoráveis no entendimento e que vamos tentar manter algumas abertas mais um ano ou dois anos e ver como é que as coisas vão surgindo ao longo dos tempos porque há pais que se calhar depois de verem as condições de S. Pedro do Sul querem trazer os meninos para a escola nova. Vamos deixar o tempo passar e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

vamos ver naturalmente como é que a situação vai evoluindo. Relativamente às Festas da Cidade a situação financeira do município não é fácil e principalmente quando estamos a falar de festas. Do meu ponto de vista a parte cultural até é muito importante, mas a Lei dos Compromissos diz que é prescindível. Claro que nós temos que tentar dar a volta a isto. Tive uma primeira reunião com algumas associações em que lhes propus serem eles a tomarem as rédeas da preparação e da organização das Festas da Cidade, mas como a crise afeta a todos, as próprias associações também não têm capital financeiro para proceder a esta organização. No entanto está a haver um esforço da autarquia e das associações e aqui lanço o repto às juntas de freguesia pois ainda só tenho 3 ou 4 respostas. É óbvio que não vamos poder contar com Festas da Cidade megalómanas com artistas de topo porque não temos verba para isso. Vamos tentar fazer as Festas com a prata da casa, mostrando o que de bom temos no nosso concelho, dando voz aos nossos artistas, dando oportunidade aos nossos comerciantes de poderem realizar alguma dinheiro, para nos tentarmos ajudar uns aos outros.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “ Houve aqui um discurso muito demagógico por parte do sr. Presidente quando referiu a questão da descentralização das Assembleias Municipais. Deu a impressão que esta metodologia era completamente inovadora, referindo até que tinha havido medo por parte dos anteriores executivos e isso não corresponde à verdade. Nunca houve medo de estar em contacto com as populações, houve anteriormente sessões da Assembleia Municipal descentralizadas. Louvamos esta iniciativa mas isto não é nenhuma inovação, e de fato até nem se vê cá a população. Ao fim de 6 meses de mandato também nos parece ser tempo de parar com as lamúrias relativamente às dívidas, à falta de dinheiro, é hora de parar de falar no passado, de olhar para a frente, e de gerir com os poucos recursos que existem. No que tem a ver com as referências às minhas atividades associativas, para além de estar mal informado, ficou aqui patenteada mais uma vez a falta de respeito do sr. Presidente para com os eleitos e a mistura que faz entre o debate político e a arruaça baseada no insulto e na insinuação tortuosa. Sobre a tentativa de denegrir a minha imagem em termos pessoais nem lhe respondo. Estamos numa sessão pública e todos os que assistiram a este seu arrazoado farão a sua devida avaliação. Digo-lhe apenas, e mais uma vez, que se esperava mais educação e mais lisura da pessoa que está à frente dos destinos do concelho, pois um grande político é aquele que sabe respeitar os seus adversários.” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) referiu que a Assembleia Municipal não era sítio para falar de assunto como onde estaciona o carro, até porque nunca estacionou em cima do passeio e solicitou ao Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal mais atenção na linguagem que utilizam. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) mencionou que sempre que intervém na Assembleia Municipal é sempre como Presidente da Junta de São Félix e não como dirigente associativo ou partidário. Solicitou que as faturas que referiu na intervenção lhe sejam entregues na próxima assembleia e que se houve ilegalidades no anterior executivo estas não podem continuar. Em relação ao caminho de Nespereira a Junta de Freguesia disponibiliza o material para a execução da obra se a Câmara Municipal disponibilizar a mão-de-obra. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “No que diz respeito ao que disse a Dra. Ester é de enaltecer a descentralização das Assembleias Municipais, porque isto é a prova que estamos juntos dos cidadãos, dos eleitores, dando a cara e sem medo nenhum de os confrontar ou de sermos confrontados. Quanto ao facto



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de terem dito que estava na hora de acabar com as lamúrias, eu gostava que estivessem no meu lugar depois de 20 pessoas falarem que querem a estrada alcatroada mais o saneamento...com todas as pessoas a pedir obras em todo o lado e quase todas elas sabendo que não há fundos positivos para fazer obras a sra. acha que não tenho o direito de vir aqui dizer isso? A maior parte deles tem razão, não digo que não têm, mas também é preciso ver que são preciso fundos, tivemos fundos negativos no valor de 3,5 milhões, provocados pelo anterior executivo, e é bom que se lembrem disso. No que diz respeito ao que disse o Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, no meu entender fez duas intervenções diferentes, uma como Presidente da Junta outra numa parte política. Quando veio perguntar qual era a deliberação camarária para fazer uma ceia, isto é uma posição política.”

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

A Sra. Lucinda Chaves, em representação dos comerciantes e alguns moradores do Largo São Sebastião e Rua Direita, em S. Pedro do Sul, leu o seguinte texto: “Estou aqui para lhe dar conhecimento que há umas semanas atrás fizemos chegar ao Sr. Presidente da Câmara um pedido relacionado com o trânsito na Rua Direita que gostaríamos que a Assembleia tomasse conhecimento e nos pudessem ajudar visto até esta data não obtermos qualquer resposta. Estamos gravemente prejudicados e como temos vindo sempre a pronunciar-nos agradecemos a resposta formal por parte do Sr. Presidente.” O Sr. Carlos Manuel Duarte questionou acerca do ponto de situação da criação do Parque Industrial de Pindelo dos Milagres e porque deixou de se falar da sua localização na Lapa. O Sr. Arlindo Ramos Pereira referiu que no jornal “Notícias de Lafões” saiu há tempos uma entrevista do anterior Presidente da Câmara Municipal que declarou que a Rua Direita ia ter trânsito. O Presidente da Câmara Municipal respondeu a todas as intervenções: “É claro que a Câmara Municipal pretende construir um Parque Industrial em Pindelo dos Milagres, sempre foi nossa intenção. A nossa intenção é construí-lo depois da Nossa Sra. dos Milagres por ser mais perto da autoestrada e nós temos conhecimento que todos os industriais querem estar perto das vias rápidas. No entanto a solução não é definitiva, os nossos técnicos estão a estudar o assunto, temos conhecimento de que em grande parte desse baldio não pode lá ser construído nada porque é só rocha e grandes declives. No entanto a alternativa que o Sr. Carlos propôs ainda não está colocada de lado, os estudos estão a ser feitos, já fizemos o levantamento topográfico daquele baldio, estamos numa fase inicial, nada é definitivo. Uma coisa lhe posso garantir, iremos ter muito cuidado com o impacto ambiental. No que diz respeito à questão da Rua Direita, há um projeto de reconstrução da nossa zona histórica, esse projeto foi apresentado há bastante tempo onde consta na memória descritiva e justificativa e a pedonalização da rua condicionando o trânsito automóvel a cargas e descargas e a moradores em horário a definir. Foi isso que nós cumprimos. Isto são candidaturas efetuadas e nós temos de cumprir aquilo para o qual recebemos o dinheiro sob pena de termos que devolver os fundos comunitários que recebemos. Posso dizer-lhes que já recebemos os comerciantes da Rua Direita por três vezes, em duas das quais estive presente, da terceira não pude estar presente pois tive uma reunião na CIM em Tondela. Seja como for, os comerciantes da Rua Direita foram recebidos pelo Vice-Presidente e pelo Vereador desse Pelouro, por isso não venham dizer que não foram recebidos. Os moradores também foram recebidos. Todos foram recebidos, inclusive recebemos pessoas que não eram da Rua Direita. A Rua Direita não é dos comerciantes nem de



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

quem lá mora, é da freguesia e do concelho de S. Pedro do Sul e o concelho é uno e indivisível. Deram entrada na Câmara Municipal três abaixo-assinados, mas a Câmara Municipal não se rege por abaixo-assinados. Nós temos que cumprir as leis, temos que cumprir aquilo para o qual houve financiamento e aquilo que já tinha sido aprovado muito anteriormente. Estamos a falar de uma obra que está em conclusão agora. Mas esta obra já foi aprovada há muito tempo e toda a gente teve conhecimento da mesma, e se não tiveram conhecimento foi porque não quiseram porque isto foi tornado público. Houve uma reunião no salão nobre da Câmara Municipal, foi transmitido à comunicação social, e as pessoas não deram conta. Eu não posso estar a alterar as coisas a meu belo prazer ou porque me enviam abaixo-assinados porque estamos a falar em obras que foram participadas. Nós não estamos em condições de indemnizar quem nos subsidiou. Entrou na Câmara Municipal um abaixo-assinado das pessoas que querem trânsito com 82 assinaturas, depois um das pessoas que não querem trânsito com 190 assinaturas e depois entrou ainda outro abaixo-assinado dos comerciantes com 44 assinaturas. Estamos no final da obra, as coisas têm que ser decididas e executadas. Temos que ver o que foi contratualizado nas candidaturas, cumprir a lei e temos que ver o que é melhor para todos. E não está provado em lado nenhum que o trânsito traz movimento. Em todo o País as zonas históricas não têm trânsito, é uma zona, por excelência, pedonal.”

**ORDEM DO DIA:****3.1-ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;**-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

**3.2-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL;** -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

**3.3-ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL, RELATIVO AO 4.º TRIMESTRE DE 2013 (ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO);**-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

**3.4-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013”;**-----

O Vereador Pedro Mouro fez a seguinte intervenção: “Foi um ano excecional em termos de execução orçamental, executámos em termos de receita cerca de 19 milhões de euros. Para este carácter excecional contribuíram 2 ou 3 aspetos:um foram as obras de requalificação da zona histórica e o pólo escolar, isto é obras participadas que trouxeram mais receita e grande parte delas foram executadas em 2013 e ainda estão a ser executadas em 2014, o outro aspeto que contribui para isto foi a adesão ao PAEL, a Câmara Municipal recebeu quase 3 milhões de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

euros para pagar obras em atraso. Queria ainda referir que o peso dos empréstimos disparou, em 2012 representava 9% do total da receita, agora representa 20%. A dívida neste momento, em dezembro de 2013, situa-se na ordem dos 12,3 milhões de euros, a este valor há a juntar os 14 milhões da Termalitur. Aliás, em junho depois serão aprovadas as contas consolidadas, andarão na ordem dos 26 milhões de euros. A dívida de curto prazo da Câmara Municipal é de 7,2 milhões de euros, teve um decréscimo de 26%, mas por sua vez a dívida de médio e longo prazo é de 5,8 milhões de euros, teve um aumento de 36%. Queria realçar que o que se torna mais complicado é a dívida de curto prazo que ainda é excessiva em termos de fundos disponíveis e em termos de gestão do dia-a-dia e tesouraria, dificulta-nos muito a ação. Os custos com o pessoal em 2013 aumentaram 7% e representam 1/3 do total das despesas da Câmara. A aquisição de bens e serviços tem um peso muito significativo e inclui os seguros, as rendas, os combustíveis, os consumíveis, a publicidade, a energia elétrica, o lixo. Já estamos a conseguir reduzir algumas delas, devo-vos dizer que só o pavilhão gimnodesportivo estava a perder 2m<sup>3</sup> de água quente por hora o que em termos de fatura de gás era uma exorbitância. São situações que estamos a corrigir aos poucos. Só em 2013 pagámos 433 mil euros de juros, o que teve um aumento de 21% quando comparado com o outro ano. Andamos a pagar juros de empréstimos desde 1999. É nossa política só contrairmos empréstimo se for para ajudar a cofinanciar uma ou outra obra que seja comparticipada. Relativamente à Termalitur tivemos que transferir 700 mil euros para cobrir o resultado negativo do ano passado.” O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) afirmou que não considerava que a situação financeira fosse caótica pois o relatório de gestão não refletia isso. Existe realmente uma dívida mas também existe obra, sendo que o relatório diz que a dívida é sustentada e que a câmara ainda tem margem para fazer mais obra. Referiu ainda que as despesas com o pessoal são realmente excessivas e por isso não se deve trazer mais gente para aumentar a massa salarial. Afirmou que se a Termalitur enviou os funcionários para a Câmara e se vai contratar mais está a adicionar mais custos. Questionou o executivo se estão a fazer algum investimento na área energética pois a fatura não pode baixar só à custa de desligar luminárias. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “ Não podemos ser irresponsáveis como outros no passado porque recebemos 3,5 milhões de euros negativos. Temos que ter consciência que com base na Lei dos Compromissos as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia não podem contratar nem gastar dinheiro desde que não tenha fundos positivos ou a possibilidade de receber fundos passados 3 meses. Como pode calcular, a Câmara Municipal com um orçamento de 18 milhões de euros, primeiro tem que receber 3,5 milhões de euros de fundos que tinha negativos, para a partir daí ter fundos positivos para poder adquirir seja o que for. Nós neste momento já conseguimos pagar 3,5 milhões, mas entretanto tivemos que recorrer às antecipações de fundos até ao final do ano, o que significa que até ao final do ano não vamos ter fundos. Isto não é demagogia isto é realidade. No que diz respeito a ser muito simpático e atender as pessoas ainda bem que o diz, até porque quem precisa de falar comigo é atendido em pouco tempo, ao contrário do passado em que muitas vezes não eram recebidos. Posso dizer-lhe que entro e saio sempre pela porta principal, consegui arranjar tempo para atender as pessoas e correr atrás de financiamento. E posso dizer-lhe que em poucos meses que estamos na Câmara Municipal consegui arranjar financiamento na ordem de meio milhão de euros para a obra da variante. Todos nós aqui estamos a trabalhar para o bem do município e também podem tentar arranjar apoios e financiamentos. Como deve saber com o



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novo quadro comunitário de apoio ainda não há financiamento para nada. Agora o que podemos fazer e estamos a fazê-lo são projetos para apresentarmos candidaturas.” O Vereador Pedro Mouro fez a seguinte intervenção: “Quando andávamos em campanha sempre soubemos que a dívida da Câmara oscilava entre os 25 a 30 milhões de euros. E há aqui outra questão, eu neste momento não lhe sei dizer qual é a dívida da Câmara Municipal ao Planalto Beirão, porque há valores que ainda não estão consagrados ou há diferenças nos valores, por isso é que pedimos uma auditoria. O próprio Planalto Beirão tem dívida a entidades, e sendo a Câmara Municipal acionista do Planalto Beirão tem a sua quota-parte na dívida. Há uma tendência clara de se confundir conceitos. Uma coisa é a dívida, e essa nós sabíamos e falámos nela, o que nós não sabíamos era a questão dos fundos disponíveis porque esse é um conceito novo e que nós não sabíamos. Também não sabíamos que os pagamentos em atraso não estavam a ser cumpridos, nomeadamente não tinham sido cumpridos em 2012 e por força disso a Câmara Municipal ou o Estado reteve ou vai reter 20% das transferências. Relativamente à dívida, o anterior executivo herdou uma dívida de 10 milhões de euros e vai deixar uma de 26 milhões. Fez acusações de que não conseguíamos ir buscar financiamento, eu vou dar aqui um exemplo, as variantes que foram feitas custaram mais de 1 milhão de euros, esses terrenos não foram candidatados, nós agora conseguimos financiamento para esta obra e ainda fomos buscar dinheiro dos terrenos que tinham comprado e pago a peso de ouro. Relativamente ao pessoal da Termalístur, a sua observação é pertinente, isto é, se a Câmara Municipal tem funcionários não devia estar a contratar outros. Então eu pergunto, em 2004 foi criada a Termalístur, se a Câmara tinha esses funcionários porque é que a Termalístur colocou 80 pessoas no quadro?” A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013. -----

### **3.5-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO SUPERIOR (JURISTA)”;** -----

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) afirmou que quando a abertura do concurso foi à Assembleia Municipal a bancada do PS votou favoravelmente, mas que, devido à situação atual, e uma vez que o executivo está obrigado a reduzir o n.º de trabalhadores e tem dificuldades financeiras e se tem uma técnica da área até outubro, vota favoravelmente esta proposta. O Presidente da Câmara Municipal informou que pensava que não existia neste momento nenhum concurso de pessoal externo a decorrer e que é do conhecimento geral que a Câmara é obrigada a reduzir 2% dos funcionários dos seus quadros, e que se fossem agora contratar mais pessoas isso implicaria ter que despedir. A Assembleia Municipal deliberou por **maioria, com 19 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **13 votos contra** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Ângela Maria Bastos Lima (PSD), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) e José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e **3 abstenções** dos deputados José Luís Gaspar Campos (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) aprovar a Proposta de Cessação de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Técnico Superior Jurista. A bancada do PSD apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “Pela segunda vez, o executivo apresenta uma proposta de cessação de um procedimento concursal para recrutamento de um (a) técnico (a) superior. Alega o mesmo executivo as imposições legais que obrigam à redução de trabalhadores na Administração Pública e os constrangimentos financeiros, como fundamento da proposta. Tal como na situação anterior debatida noutra sessão desta Assembleia Municipal, entende o PSD que não é correto interromper um procedimento concursal um ano volvido sobre o início do mesmo (29 de abril de 2013). Estranha ainda o PSD que o executivo utilize critérios diferentes face a situações similares, uma vez que é o conhecimento público a existência de pelo menos mais dois processos concursais idênticos que, ao que parece, irão ter o seu desenvolvimento normal. Face à dualidade de critérios manifestada pelo executivo e ainda por uma questão de princípio, segundo a qual um processo concursal legitimamente iniciado não deve ser cessado, a bancada do PSD vota contra a proposta apresentada pelo executivo.”

### **3.6–ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL; -----**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Rui Manuel Rodrigues Santos Almeida (efetivo);
- António Augusto Ferreira Gomes (suplente).

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (efetivo);

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 19 (dezanove) votos
- Lista B – 16 (dezasseis) votos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Perante a votação, ficou eleito para representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul:

- Rui Manuel Rodrigues Santos Almeida (efetivo) e António Augusto Ferreira Gomes (suplente).

**3.7-ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL; -----**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (efetivo);

- José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio (suplente).

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (efetivo).

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 19 (dezanove) votos

- Lista B – 16 (dezasseis) votos

Perante a votação, ficou eleito para representante das Juntas de Freguesia para Comissão Municipal de Proteção Civil:

- Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (efetivo) e José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio (suplente).

**3.8 –APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA APRESENTADA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADARES REFERENTE A “IMPACTOS DA BARRAGEM DE RIBEIRADIO NA FREGUESIA DE VALADARES – LIGAÇÃO DA E.N. 333-3- COM A LOCALIDADE DO BARREIRO” -----**

O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) apresentou a moção que a seguir se transcreve: “A construção da denominada Barragem de Ribeiradio/Ermita abrange com a sua albufeira uma grande extensão de terrenos na Freguesia de Valadares, Concelho de S. Pedro do Sul. A concretização deste projeto terá impacto acentuado na Freguesia de Valadares. Para além dos terrenos de cultivo e de floresta que se perderão, também o microclima existente da Freguesia de Valadares será afetado substancialmente estando em risco, entre outros, a cultura dos citrinos, das poucas na região de Lafões. O relatório técnico elaborado pela Comissão da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul para a análise dos impactos da barragem, apresentado em 2011, ilustra bem todos os diversos constrangimentos. Serve, também, este documento para demonstrar a indignação da população da Freguesia de Valadares, pois sabe o que irá perder mas, não sabe ainda o que este grandioso projeto trará de benéfico para a freguesia, ou seja, quais os investimentos previstos para minimizar e/ou colmatar os aspetos negativos. Diversos contactos têm sido efectuados junto das entidades competentes para o efeito e espera-se que numa análise mais aprofundada as



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

mesmas desenvolvam eixos de oportunidades. A Junta de Freguesia de Valadares, interpretando a preocupação da população que representa, apela à união de todos na luta pelo desenvolvimento do nosso concelho e o bem estar dos habitantes, para que possam ser criadas condições de fixação dos mesmos. Um dos problemas identificados tem a ver com a acessibilidade do novo traçado da estrada nacional 333-3, junto ao Rio Vouga, na Freguesia de Valadares, à localidade do Barreiro, que importa repor, apesar de não constar no projeto, de modo a não privar a dita povoação de uma ligação, apesar de antiga, mas que sempre existiu, será potenciadora de desenvolvimento. Neste sentido, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em sessão ordinária a 24 de abril de 2014, recomenda às entidades competentes, nomeadamente a EDP Produção que, salvaguardando as necessidades da população, garanta o restabelecimento do dito acesso, tal como está referenciado no relatório técnico elaborado pelo grupo de trabalho desta Assembleia Municipal em 2011.” A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de moção de recomendação referida em epígrafe. -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.2 e dos pontos 3.4 ao ponto 3.8, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 18h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

**OS SECRETÁRIOS,**